



REQUERIMENTO N º ,DE 2025

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

Solicita ao Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República informações sobre os gastos totais realizados pelo Governo Federal com a realização da COP30, em Belém/PA.

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre os gastos totais realizados pelo Governo Federal com a realização da COP30, em Belém/PA.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- *O valor total gasto pela União com a organização, execução, logística e infraestrutura necessárias à realização da COP30.*
- *A relação discriminada de todos os contratos firmados por ministérios, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista envolvidos na preparação e execução do evento.*
- *Os valores individualizados referentes:*
 - a) à contratação dos navios-cruzeiros para hospedagem dos participantes;*
 - b) à montagem de estruturas temporárias;*





- c) às obras urbanas, de saneamento, drenagem e mobilidade financiadas com recursos federais;*
- d) às despesas com segurança, transporte, comunicação, serviços terceirizados e logística institucional.*
- A identificação das fontes de financiamento, especificando recursos provenientes:*
 - a) do Orçamento Geral da União;*
 - b) do BNDES;*
 - c) de Itaipu Binacional;*
 - d) de repasses ou convênios federais com o Estado do Pará e a Prefeitura de Belém.*
- Cópias das planilhas de execução física e financeira de todos os contratos e convênios relacionados ao evento.*
- Informações sobre aditivos contratuais, revisões ou reajustes realizados até o término da conferência.*

JUSTIFICATIVA

A realização da COP30 em Belém/PA foi apresentada pelo Governo Federal como um marco histórico para a Amazônia e como a oportunidade de reafirmar o protagonismo ambiental do Brasil perante a comunidade internacional. Contudo, a dimensão dos investimentos, a multiplicidade de órgãos envolvidos e a ausência de transparência integral nos processos decisórios e contratuais impõem ao Parlamento o dever constitucional de fiscalização.

Segundo informações divulgadas pelo próprio governo, União, BNDES, Itaipu Binacional e administrações estadual e municipal mobilizaram um volume financeiro superior a R\$ 5 bilhões¹ para preparar a cidade. Trata-se do maior pacote de obras e intervenções

¹ <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/cop30-governo-lula-gastou-mais-de-r-5-bilhoes-para-preparar-belem>





urbanas já direcionado à capital paraense em tão curto espaço de tempo. Apesar disso, há sinais de que o “legado” prometido não corresponde às necessidades reais da população nem ao discurso oficial de sustentabilidade.

Levantamento da Folha de S. Paulo aponta que, embora o governo afirme que mais de 500 mil pessoas seriam beneficiadas em saneamento, apenas 40 mil moradores — cerca de 3% da população — terão efetivamente acesso a coleta de esgoto. Belém segue entre as capitais brasileiras com pior infraestrutura sanitária, com apenas 15,32% da população atendida pela rede de esgoto. Ou seja, mesmo com investimentos bilionários, questões estruturais urgentes permaneceram praticamente intocadas.

Ademais, foram identificados gastos expressivos com estruturas temporárias, como a contratação de navios-cruzeiros — ao custo de mais de R\$ 260 milhões — e a montagem de instalações provisórias que consumiram quase R\$ 500 milhões. Tais despesas, por natureza não duradouras, demandam transparência redobrada, especialmente em um contexto de restrição fiscal e de precariedade de serviços básicos em diversas regiões da cidade.

Somam-se a isso as conclusões da Transparência Internacional, que encontrou falhas na divulgação de informações sobre contratos, convênios, licenças ambientais e fontes de financiamento das obras. Segundo o relatório, dos R\$ 2,8 bilhões analisados em 23 grandes intervenções, a maior parte foi executada sem que houvesse disponibilização completa dos dados, dificultando a aferição da economicidade, regularidade e efetiva entrega dos investimentos anunciados.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que a Casa Civil, órgão central de coordenação das ações interministeriais, apresente um panorama consolidado e detalhado de todos os gastos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

da União com a COP30. Não se trata apenas de cumprir a Constituição, mas de garantir que a sociedade brasileira tenha acesso a informações claras, completas e precisas sobre como foram aplicados recursos públicos em um evento de repercussão global, especialmente em um estado historicamente carente de infraestrutura básica.

A transparência no emprego desses valores é condição essencial para assegurar o controle social, prevenir irregularidades, fortalecer a credibilidade das políticas públicas ambientais e evitar que a COP30 se transforme em mais um caso de promessas grandiosas e resultados questionáveis.

Pelos motivos expostos, a aprovação deste Requerimento de Informação é medida de rigorosa fiscalização e respeito ao interesse público.

Sala da Sessão, em de de 2025.

DEPUTADO Evair Vieira de Melo

